Cláusulas de resolução de litígios entre os dois centros

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

A decisão

Quem redige uma cláusula de resolução de litígios para um contrato de ativos digitais entre a Suíça e Singapura tem quatro opções realistas: o Handelsgericht (tribunal comercial) de Zurique, o SICC (Singapore International Commercial Court), a arbitragem SIAC com sede em Singapura e a arbitragem sob as Swiss Rules com sede em Zurique ou Genebra. A escolha depende de cinco fatores.

Onde estão os bens contra os quais uma sentença arbitral ou judicial será executada? Se estiverem na Suíça, qualquer das quatro opções funciona. Se estiverem em Singapura, qualquer das quatro funciona. Se estiverem num terceiro Estado parte da Convenção de Nova York, mas sem tratado de reconhecimento de sentenças com nenhum dos dois centros, a arbitragem é necessária.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

É provável que sejam necessárias medidas contra terceiros? Se o litígio puder exigir ordens de bloqueio contra exchanges ou a exibição de informações por custodiantes, é essencial uma cláusula de foro judicial ou uma cláusula arbitral com ressalva expressa para medidas cautelares judiciais. O SICC e a General Division oferecem o instrumental mais robusto contra terceiros.

A confidencialidade é decisiva? A arbitragem a proporciona. O SICC pode ordenar a confidencialidade em certas circunstâncias, ao passo que o tribunal de Zurique não pode.

Uma das partes deseja um precedente publicado? Fundações de protocolos que defendem seu modelo de governança, ou exchanges que defendem seus termos de uso, por vezes preferem uma sentença judicial que resolva a questão para todos os usuários. A arbitragem não pode proporcioná-lo.

Há consumidores envolvidos? Nesse caso, a cláusula deve respeitar o direito imperativo do país de residência do consumidor, que, para os consumidores da UE, proíbe a arbitragem vinculante pactuada antes do litígio e, para os consumidores suíços, restringe a eleição de foro nos termos do art. 35 do Código de Processo Civil suíço (ZPO/CPC) e do art. 114 da Lei suíça de Direito Internacional Privado (IPRG/PILA).[1] Uma exchange de Singapura com clientes de varejo suíços não pode invocar sua cláusula SIAC contra eles.

Estrutura-modelo

Minha própria preferência para contratos institucionais entre os dois centros é a arbitragem SIAC com sede em Singapura, com o direito de Singapura ou o direito suíço como lei aplicável, conforme a preferência das partes. A cláusula deve acrescentar uma submissão expressa ao procedimento do árbitro de emergência, uma reserva expressa do direito de requerer medidas cautelares a qualquer tribunal competente e o consentimento das partes quanto ao SICC como tribunal de supervisão. Para contratos entre uma fundação suíça e seus prestadores de serviços suíços, a arbitragem sob as Swiss Rules com sede em Zurique é a escolha natural. Para os termos de uso de exchanges, uma cláusula de foro em favor da General

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Division, com uma etapa prévia de mediação, é mais defensável perante consumidores do que a arbitragem. Cláusulas-modelo constam da Parte Q, Capítulo III.

A perspectiva de Singapura

Se você representa um fundo de Singapura que negocia uma alocação de tokens com uma fundação suíça, insista em três pontos na cláusula de resolução de litígios. O direito de recorrer ao árbitro de emergência antes de apresentar o pedido de arbitragem, porque os eventos de tokens se movem mais depressa do que o procedimento institucional. O direito de requerer medidas judiciais em qualquer jurisdição, porque os tokens podem estar numa exchange num terceiro país. E uma alternativa pecuniária à entrega na cláusula de remédios, com a data de avaliação fixada, porque sem ela uma sentença arbitral que ordena a entrega de tokens que a fundação já vendeu nada vale. Uma fundação que resiste a esses pontos está dizendo algo sobre a forma como pretende cumprir o contrato.

Notas

1. Swiss Civil Procedure Code (CPC; ZPO), SR 272, art. 35; Swiss Private International Law Act (PILA; IPRG), SR 291, art. 114; Directive 93/13/EEC on unfair terms in consumer contracts, Anexo, par. 1(q). ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.